

CIDADES

FISCALIZAÇÃO

Após o **Correio** revelar que um prédio de cinco pavimentos está sendo erguido na W2 Sul, onde só se permitem três, Agefis embargou a construção e Iphan pede a demolição dos andares acima do limite

Obras do asilo de luxo param

RENATO ALVES

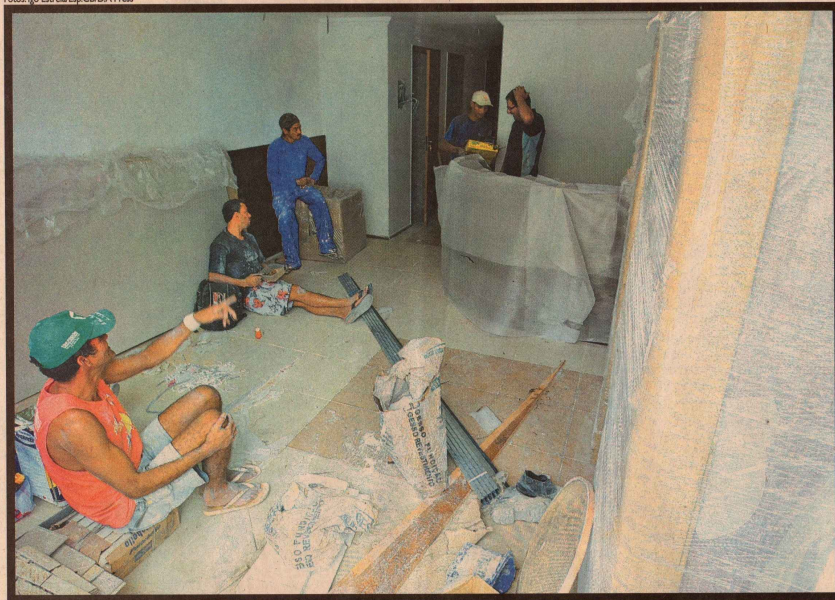
DA EQUIPE DO CORREIO

A Agência de Fiscalização (Agefis) embargou ontem a construção de um asilo de luxo na 503 Sul. Já o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) mandou os donos do empreendimento paralisarem a obra imediatamente e demolirem o que foi erguido acima do terceiro pavimento, pois esse é o limite da ocupação vertical na W2 Sul, onde fica o imóvel. Mas, na mesma via, uma equipe do **Correio** flagrou outras três construções com altura superior à permitida em lei, não notificadas pelos fiscais (leia matéria abaixo).

As ações de ontem vieram em resposta à reportagem publicada no **Correio**. Ela revelou o surgimento de um prédio de cinco pavimentos destinado a abrigar idosos. Previsto para ser inaugurado em 21 de abril, aniversário de 49 anos da capital, teria 26 suítes, um terraço com espaço de lazer, além de consultórios médicos e salas para fisioterapia.

Os fiscais da Agefis multaram os donos da obra em R\$ 1.493. Se eles desobedecerem a ordem, pagarão multa de R\$ 2 mil por dia de construção. Em embargo extrajudicial, entregue no início da tarde, o Iphan pediu a demolição imediata das obras acima do terceiro pavimento. O documento determina ainda que seja providenciada a adequação do projeto aos critérios de preservação do projeto original de Brasília (leia Para saber mais). Para o órgão, a construção é "um ato praticado contra o patrimônio cultural, fato ilícito administrativo, civil e penal." A desobediência à ordem embargou do Iphan

Fotos: Igo Estrela/Esp.CB/DA Press



OS OPERÁRIOS QUE TRABALHAM NA OBRA DO ESPAÇO CONVIVÊNCIA, NA 503 SUL, CRUZARAM ONTEM: O PROPRIETÁRIO FOI MULTADO EM R\$ 1.493

Iphan. Ontem mesmo ele interrompeu as obras, deixando os operários de braços cruzados. Mas, segundo o Iphan, mesmo com o alvará, a obra não poderia ultrapassar os três pavimentos. "Essa lei vale desde 1975, antes mesmo do tombamento de Brasília (1987)", afirmou o superintendente do Iphan no DE Alfredo Gastal. Ele ressaltou que a demolição dos dois pavimentos ir-

Regionais de Brasília, porém a burocracia o teria impedido. Mas, segundo o Iphan, mesmo com o alvará, a obra não poderia ultrapassar os três pavimentos. "Essa lei vale desde 1975, antes mesmo do tombamento de Brasília (1987)", afirmou o superintendente do Iphan no DE Alfredo Gastal. Ele ressaltou que a demolição dos dois pavimentos ir-

quartos, um terraço, um cômodo sobre o terraço e outro acima e nos fundos, com varanda de ponta a ponta do imóvel. Há ainda outro cômodo, o quinto pavimento, com duas janelas e uma porta.

O único alvará para construção no terreno data de 1960 e diz respeito a um galpão, segundo a Administração de Brasília. No fim de dezembro de 2008, a adminis-

Comunidade

A presidente do Conselho Comunitário da Asa Sul, Heliete Bastos, elogiou as intervenções da Agefis e do Iphan, mas reclama da demora na visita dos fiscais. "Eles deveriam voltar logo antes para verificar se os donos da obra haviam tomado as providências exigidas na notificação anterior", comentou

PARA SABER MAIS

Preservação de Brasília

O Plano Piloto de Brasília, criado pelo urbanista Lucio Costa, entrou para a Lista do Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) em 7 de dezembro de 1987, durante a 11ª Reunião do Comitê do Patrimônio Mundial. Na ocasião, o tombamento foi defendido por Léon Pressouyre, professor de Arqueologia da Universidade de Paris. Ele ressaltou que Brasília era uma obra singular, moderna, a única cidade construída naquele século, a partir do nada, para ser capital de um país, constituindo-se assim em magnífico exemplo histórico.

O tombamento de Brasília é diferente da proteção sobre Ouro Preto (MG), por exemplo, onde até os azulejos de alguns prédios não podem ser trocados. Na capital, pode-se demolir um edifício inteiro dentro de uma superquadra, desde que na reconstrução seja mantida a volumetria do prédio. Ou seja, o edifício deve ter seis andares, sobre pilotis e com a largura e comprimento definidos na legislação. As áreas

o tempo determina ainda a seja obra providenciada a uma demanda do projeto aos critérios de preservação do projeto original de Brasília (leia Para saber mais). Para o órgão, a construção é "um ato praticado contra o patrimônio cultural, fato ilícito administrativo, civil e penal." A desobediência ao embargo do Iphan será considerada crime de dano ao ordenamento urbano, passível de apuração pela Polícia Federal, denúncia do Ministério Público Federal e julgamento pela Justiça Federal.

No entanto, um dos proprietários do asilo, Rodrigo Carvalho Accioly, garantiu que respeitará as determinações da Agefis e do

rompeu as paredes e deixou os operários de braços cruzados. Accioly já havia sido notificado pela Agefis por causa da falta de licença para iniciar a obra. "Ele foi notificado em 30 de janeiro para apresentar o projeto aprovado na Administração Regional e, conseqüentemente, tirar o alvará de construção. Só que não tirou o documento e continuou com a obra. Então, a obra foi embargada e ele foi autuado também", explicou o diretor-adjunto da Agefis, Gleiston Marcos de Paula.

Burocracia

Accioly alegou ter tentado por diversas vezes retirar o alvará de construção na Administração

burocrática e teria impedido. Mas, segundo o Iphan, mesmo com o alvará, a obra não poderia ultrapassar os três pavimentos. "Essa lei vale desde 1975, antes mesmo do tombamento de Brasília (1987)", afirmou o superintendente do Iphan no DE Alfredo Gastal. Ele ressaltou que a demolição dos dois pavimentos irregulares tem de ser feita pelos donos. "Caso contrário, vamos acioná-los na Justiça", emendou. Ele, porém, não falou em prazo para a demolição.

O Espaço Convivência — assim se chamará o asilo — ocuparia cinco andares do edifício da 503 Sul, cuja entrada é pela W2. Já estão quase prontos os 26

sobre o terraço e outro acima e nos fundos, com varanda de ponta a ponta do imóvel. Há ainda outro cômodo, o quinto pavimento, com duas janelas e uma porta.

O único alvará para construção no terreno data de 1960 e diz respeito a um galpão, segundo a Administração de Brasília. No fim de dezembro de 2008, a administração emitiu um "alvará de funcionamento precário para representação comercial de presentes, adornos, imóveis, prestação de serviços para assessoria e consultoria em eventos na área de decoração de ambientes" para a loja 28, onde funciona a Engenharia Carvalho Accioly. Em cima, fica parte do asilo em construção.

A presidente do Conselho Comunitário da Asa Sul, Heliete Bastos, elogiou as intervenções da Agefis e do Iphan, mas reclamou da demora na visita dos fiscais. "Eles deveriam ter voltado antes para verificar se os donos da obra haviam tomado as providências exigidas na notificação anterior", comentou.

Um líder comunitário pediu também maior participação dos moradores no combate às construções irregulares. "Temos que denunciar às autoridades tudo o que vimos de errado, de preferência no começo da obra, porque, quando ela está pronta, tudo fica mais difícil", completou.

Na capital, pode-se delimitar um edifício inteiro dentro de uma superquadra, desde que na reconstrução seja mantida a volumetria do prédio. Ou seja, o edifício deve ter seis andares, sobre pilotis e com a largura e comprimento definidos na legislação. As áreas comerciais também têm regras. No caso da W2 Sul, os prédios podem ter até três pavimentos. O térreo se destina a lojas. A sobreloja e o primeiro andar podem ter tanto salas comerciais quanto quinquetes residenciais.

Em 2001, uma missão da Unesco enviou uma missão a Brasília para vistoriar a cidade. A decisão havia sido tomada no ano anterior, durante a 24ª Sessão Extraordinária da Agência do Comitê do Patrimônio Mundial, realizada na cidade de Cairns, na Austrália. Com base em informações do Conselho Internacional para Monumentos e Sítios (Icomos), que revelaram preocupação com a pressão demográfica e o crescimento acelerado da construção civil na capital, os integrantes do Comitê resolveram checar, in loco, as ameaças ao tombamento de Brasília.

Os técnicos da Unesco tiveram acesso também ao relatório, enviado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em abril de 2000. O documento detalhou as agressões que Brasília sofreu nas quatro escalas do tombamento (monumental, residencial, gregária e bucólica). Como a consolidação das invasões de áreas públicas pelo comércio local, nas asas Sul e Norte, e as coberturas que criaram o sétimo pavimento numa cidade planejada para ter prédios residenciais de, no máximo, seis andares. Brasília não perdeu o título de patrimônio, mas o governo da época ganhou uma advertência da Unesco.

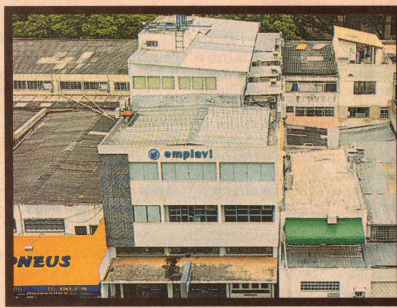
A farras dos puxadinhos verticais

ARY FILGUEIRA

DA EQUIPE DO CORREIO

A construção irregular na 503 Sul, mostrada pelo Correio na edição de ontem, não é a única que desrespeita o tombamento de Brasília. A equipe de reportagem percorreu a W2 Sul de uma ponta a outra e constatou uma verdadeira farras de "puxadinhos" — termo utilizado para as expansões de prédios, sejam elas verticais ou horizontais. A maioria das ampliações irregulares é camuflada, algumas por placas de publicidade viradas para a W3 Sul. Tudo para não chamar a atenção da fiscalização que, segundo os moradores, raramente passa pelas duas avenidas. A lei permite que cada bloco pode ter até três pavimentos. Mas há andares a mais, outros inacabados que dão aspecto de barracões típicos de favelas quando vistos do alto, como ocorre com os moradores das quadras 300.

São justamente estes, os moradores, os mais incomodados com a visão dos puxadinhos. "Não adianta reclamar, pois a gente acaba levando o apelido de chato", contou o porteiro de um edifício da 309 Sul, que não se identifica com o comércio. Há 35 anos trabalhando e morando no prédio, ele afirmou que o quarteirão do Bloco B da 509 Sul, um dos locais irregulares flagrados pela reportagem, foi construído recentemente. Desde 1975, o gabarito da W2 Sul determina a demolição imediata de construções acima do terceiro pavimento.



NA 515 SUL, CONSTRUTORA RESERVA O PAVIMENTO "EXTRA" A FUNCIONÁRIOS

O prédio é ocupado por uma loja de material estudantil. A reportagem do Correio conversou com a gerente administrativa, que se identificou apenas por Flora. A funcionária disse que no "quarto andar havia apenas um depósito de mercadoria". Ela não soube explicar se a ampliação era de conhecimento da Administração Regional de Brasília. "A proprietária está viajando. Eu vou ligar para ela entrar em contato com o comércio", afirmou Flora. A dona do comércio não procurou a equipe do jornal até o fechamento desta edição.

Sem reboco

No Bloco A da mesma quadra, outro proprietário seguiu o mau exemplo do vizinho. O dono do Lote 39 também ergueu mais um

pavimento no edifício. Ele até foi mais ousado. A construção sem reboco, com os tijolos à mostra, dá para ver da W3 Sul. A equipe de reportagem tocou o interfone, mas a dona de um comércio no térreo disse que o proprietário não estava lá. Pelas roupas estendidas no varal, infere-se que o andar abriga moradores.

Outra forma de não chamar a atenção é ocupar parte da cobertura do prédio. Assim fez uma empresa do ramo de construção civil, na 515 Sul. No centro do último pavimento há um andar menor reservado para o descanso dos funcionários. "No quarto andar, funciona a sala de decompressão, onde os funcionários da empresa", disse o vigilante.

A denúncia chegou ao co-



NA 509 SUL, MAIS UM ANDAR ACIMA DO LIMITE DEFINIDO EM GABARITO

nhecimento dos órgãos competentes. A Assessoria de Imprensa da Agência de Fiscalização (Agefis) informou que não é função do órgão verificar alvará de construção ou projeto de ampliação. Isso cabe à Administração Regional de Brasília. Essa, por sua vez, prometeu que verificaria a situação dos estabelecimentos citadas nesta

matéria para saber se os proprietários agiram à revelia da lei e ampliaram por conta própria os prédios. A pesquisa, no entanto, só poderia ser feita hoje. De acordo com a assessoria da administração, há muito casos de alvarás que precisaram de uma nova aprovação porque o proprietário resolveu reformar o estabelecimento.

correiobraziliense.com.br

Leia mais: o que são as escalas do tombamento e quais os desrespeitos às regras

SAÚDE

Evento discute ações que ofereçam aos fumantes a chance de deixar o vício. Governo local investe R\$ 12 milhões por mês no tratamento de doenças ligadas ao tabaco

Incentivo para largar o cigarro

PABLO REBELLO
DA EQUIPE DO CORREIO

O Distrito Federal conta com uma população de 300 mil fumantes. Os dados são do Programa de Controle do Tabagismo da Secretaria de Saúde, que tem interesse em diminuir esse público o máximo possível. Ontem, no seminário Brasília 100% livre do tabaco, discutiram-se os problemas que o hábito de fumar provoca na sociedade assim como ações necessárias para combatê-los. O evento, promovido pela secretaria em parceria com o Instituto Nacional do Câncer (Inca), destacou a importância de oferecer aos tabagistas a possibilidade de parar de fumar em programas de prevenção ao câncer realizados em centros de saúde, empresas e escolas.

Desde 1997, a Secretaria de Saúde oferece tratamento a fumantes que queiram largar o vício. Atualmente, o programa conta com 81 empresas, entre públicas e privadas, que foram sensibilizadas a manter os ambientes livres do cigarro. Dessas, 46 instituições já desenvolvem campanhas para garantir que os funcionários não fumem dentro de suas dependências. Outras 31 firmas

oferecem tratamento para fumantes, que pode ser gratuito ou com gastos parcialmente custeados. Na rede pública, o serviço é gratuito em 48 centros de referência espalhados por postos de saúde e hospitais de todo DF.

"Por ano, 3,5 mil pessoas param de fumar devido ao tratamento que oferecemos. Temos um índice de 80% de sucesso", contou a médica Rosângela Silvestre, da assessoria técnica do Programa de Controle do Tabagismo da secretaria de Saúde. O tratamento consiste em quatro reuniões semanais com pacientes que desejam parar de fumar. Nelas, os médicos fazem um diagnóstico. Fumantes mais dependentes podem ter que tomar remédios, fornecidos gratuitamente, que vão de gomas de mascar e adesivos até antidepressivos.

Além disso, os médicos sugerem mudanças de hábitos, especialmente no que diz respeito à alimentação e realização de atividades físicas. Os pacientes ainda precisam frequentar reuniões periódicas durante um ano após o tratamento inicial. Mas é preciso força de vontade e perseverança para conseguir ter êxito. A servidora pública Maria de Fátima Mendes da Silva, 44 anos, chegou

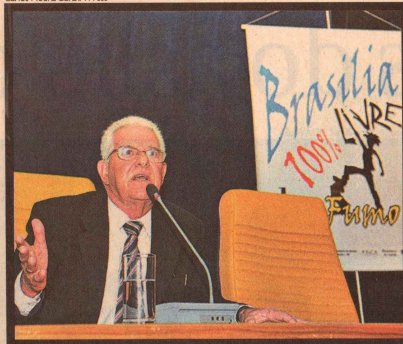
a participar do programa no ano passado, só que largou o tratamento pela metade após se desentender com uma médica. "Mas continuo pensando seriamente em parar de fumar", disse.

Educação

Outra frente em que o Programa de Controle do Tabagismo busca atuar diz respeito às instituições de ensino. Os problemas causados pelo cigarro serão tratados dentro do programa Saúde na Escola, que será lançado no dia 23. "Queremos capacitar os professores para que eles tenham conhecimentos suficientes dos fatores de risco de câncer para orientarem alunos da melhor maneira", detalhou o pneumologista Celso Antônio Rodrigues, coordenador do Programa de Controle do Tabagismo.

"O cigarro é responsável por oito mortes diariamente no DF. A secretaria de Saúde tem um custo mensal de R\$ 12 milhões com pessoas que apresentam doenças relacionadas ao uso do tabaco", destacou o pneumologista. Segundo Celso Antônio, fumar pode provocar câncer ou acarretar problemas de saúde como infarto, derrame cerebral e hipertensão. "O mesmo conhecimento de que 80% das pessoas hipertensas são

Carlos Moura/CB/D.A. Press



CELRO RODRIGUES RESSALTA QUE O TABAGISMO MATA OITO BRASILENSES POR DIA

fumantes. O tabagismo é a doença que mais mata no mundo", acrescentou. Por todas essas razões, o programa tem preocupação em alertar os jovens dos riscos ao tragar um cigarro.

Tânia Cavalcante, coordenadora do Programa de Tabagismo no Brasil realizado pelo Inca, ressaltou que as indústrias tabagistas procuram direcionar as propagandas para um público adolescente. "Dificilmente alguém que venha a experimentar cigarros depois de adulto se torna dependente da nicotina. O mesmo não ocorre com os jovens, que correm mais risco de tornarem o ato de fumar um hábito. Motivo pelo qual ficamos preocupados ao notar que adolescentes de 13 a 15 anos continuam a experimentar cigarros por todo o Brasil", argumentou.

AJUDA

Fumantes interessados em parar ou empresas que desejem oferecer o serviço de prevenção ao câncer aos seus funcionários podem buscar mais informações sobre o assunto no Programa de Controle do Tabagismo pelos telefones 3346-6257 e 3346-5770. As pessoas também podem ligar para o Disque-Saúde (156).

correiobraziliense.com.br



Quisa na internet: entrevista com o pneumologista Celso Antônio Rodrigues da Silva

OCUPAÇÃO

MST SAI DE PRÉDIO DO INCRA

Cerca de 300 integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra do DF e Entorno desocuparam, por volta das 14h de ontem, a sede da superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), no Setor Gráfico. Eles estavam no local desde a última segunda e saíram, de forma pacífica, após se reunirem com o presidente do Inca, Rolf Hackbart, e com o superintendente do órgão no DF, João Batista Santos. Nova reunião foi marcada para o próximo dia 6. Os sem-terra reivindicam o assentamento de 1,8 mil famílias acampadas no DF e Entorno, a liberação de crédito rural, assistência técnica, educação e reestruturação do Inca, além da regularização de assentados em duas fazendas do Entorno.

AGENDA

PDOT

HOJE

O Plano de Ordenamento Territorial do DF é tema de encontro a ser realizado no auditório da Reitoria da Universidade de Brasília, das 14h às 18h. A entrada é franca.

ANIVERSÁRIO DE BRÁSILIA

Mutirão de limpeza antes da celebração

Igo Estrela/EpC/D.A. Press



Mutirão de limpeza antes da celebração

DA REDAÇÃO

Os preparativos para a comemoração dos 49 anos de Brasília vão além da organização de shows e eventos culturais. Para que a festa ocorra de maneira organizada e com mais conforto, o governo iniciou uma campanha de limpeza urbana. As atividades tiveram início ontem e seguem até o dia 17. Ontem, cerca de 230 trabalhadores de diversos órgãos concentraram-se no edifício Touring e seguiram para a Esplanada dos Ministérios. Tratores, aparelhos de vigilância sanitária e maquinário destinado à poda de árvores estiveram entre

os aparatos escolhidos para viabilizar a operação. Além da coleta de resíduos, a ação tem como objetivo conter focos da dengue, desentupir bueiros, retirar ambulantes das ruas e restaurar faixas de pedestre.

CRONOGRAMA

- Até sábado: Esplanada dos Ministérios
- 6 e 7 de abril: Setor Bancário e Setor de Autarquias
- 8 a 13 de abril: Setor Hoteleiro, Setor Comercial e Setor de Diversões
- 14 e 15 de abril: Setor de Rádio e Televisão e Torre de TV

Ao todo, sete órgãos do GDF foram convocados: a Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap), o Departamento de Trânsito (Detran), o Serviço de Limpeza Urbana (SLU), a Agência de Fiscalizações (Agefis), a Companhia de Saneamento Ambiental do DF (Caesb), a Companhia Energética de Brasília (CEB) e a Vigilância Sanitária. A expectativa é retirar de 80 a 100 toneladas de lixo das ruas. A operação tam-

Foto: Estrela/Ep.CBDA/Press



OPERAÇÃO ENVOLVE MAIS DE 200 TRABALHADORES E SEGUE ATÉ O DIA 17, COM FOCO NO CENTRO DA CIDADE

bém tem o apoio da PM e do Núcleo Integrado de Ação Social. O projeto deve estender-se, na próxima semana, por outras áreas centrais da cidade (veja quadro). "Vamos arrumar a casa para receber bem os participantes da comemoração", comentou a administradora de Brasília, Ivelise Longhi. "Os moradores da cidade merecem uma festa bonita."

O SLU enviou quase 100 servidores. "O acúmulo de lixo é grande. Tivemos que fazer o planejamento desse trabalho de forma atenciosa", explicou o superintendente de operações do órgão, Divino Santana. A quantidade de resíduos a serem recolhidos depende do desempenho das outras entidades do governo. "As folhas e arbustos retra-

dos durante a poda das árvores contribuem para aumentar o trabalho do SLU", exemplificou.

A conscientização das pessoas é outro foco da operação. "Queremos mostrar para o cidadão que ele também pode ajudar a tornar a cidade mais agradável. Todos nós somos responsáveis pelo lugar em que vivemos", disse Ivelise Longhi.

O Plano de Ordenamento Territorial do DF é tema de encontro a ser realizado no auditório da Reitoria da Universidade de Brasília, das 14h às 18h. A entrada é franca.

BASQUETE DE RUA

COMPETIÇÃO NO SÁBADO

Atenção, apreciadores do basquete de rua. A seletiva distrital dessa modalidade será realizada em 4, 11, 18 e 25 de abril, na Praça do Cidadão em Ceilândia Norte (QNM 18/20). Quarenta e três times — três femininos e 40 masculinos — participarão da competição organizada pela Liga Internacional de Basquete de Rua. Os jogos começam às 9h, mas os atletas, todos com idade mínima de 16 anos, têm de estar no local às 7h30. A entrada é franca.



Crônica da Cidade

CONCEIÇÃO FREITAS // conceicafreitas.df@diariosassociados.com.br (cartas: SIG, Quadra 2, Lote 340 / CEP 70.610-901)

A UTOPIA DO LELÉ

Quando for a Abadiânia e quiser conhecer o mestre de obras da fábrica de argamassa do Lelé não tente encontrá-lo pelo nome da carteira de identificação, João Evangelista dos Santos. Pergunte onde mora o João da Irene.

Há pouco mais de duas décadas, João da Irene viveu uma das experiências mais importantes de sua vida. Trabalhou dia e noite, noite e dia com um dos grandes arquitetos brasileiros, o mestre da construção em argamassa

João Filgueiras Lima, o Lelé, num projeto que unia arquitetura, educação, formação de mão de obra e melhoria das condições de vida da população de Abadiânia, cidadezinha goiana de 12 mil habitantes a 100km de Brasília.

O pai ainda procurava o caminho da redemocratização, quando o prefeito eleito em 1982, Vander Almada, convidou Lelé, seu amigo e padrinho de casamento, para participar de mais uma utopia, a da argamassa como instrumento para levar as escolas para perto das populações rurais. O prefeito tinha a quem puxar: é sobrinho do frei Mateus Rocha, dominicano que foi reitor e vice-reitor da UnB.

Frei Mateus merece mais que meros

parênteses, mas por ora (): (Fundador da JEC, movimento estudantil católico, agiu com a coragem dos grandes homens de bem durante a ditadura. Betinho o considerava seu "pai espiritual". Foi frei Mateus quem fez a intermediação entre Darcy e o papa João 23 para que fosse possível criar uma universidade laica em Brasília, a UnB).

Sob a inspiração do tio, com o amparo do arquiteto e a ajuda acadêmica e financeira da Universidade Católica de Goiás, o prefeito de Abadiânia desenvolveu uma experiência-modelo de administração pública que tinha como núcleo a fábrica de argamassa de Lelé. "Fizemos uma escola em 40 dias", conta João da Irene. "A gente

trabalhava até duas da manhã e no dia seguinte às sete a gente estava de volta. Quem via o Lelé no meio de nós nunca podia pensar que ele fosse um arquiteto, de chinelão, todo sujo. Ele fazia de tudo, era marceneiro, armador, fazia de tudo."

Num tempo em que as utopias ainda brotavam, em que os profissionais pensavam menos nas suas carreiras e mais nos projetos coletivos, Lelé dedicava cinco dias da semana ao projeto de Abadiânia e de graça. Da fábrica de argamassa saíam os pré-moldados para a construção das escolas transitórias. A ideia era montar e desmontar as escolas, de acordo com o movimento das comunidades rurais, que sempre

se deslocavam de um lugar a outro na região atrás de trabalho nas lavouras.

Um projeto de utopia é sempre uma festa: "Em Abadiânia, conta Lelé em *O que é ser arquiteto* (editora Record), qualquer coisa que a gente fazia — a inauguração de uma escola, por exemplo — era um acontecimento, havia festa e até baile, na terra, naquela poeireira, e eu era obrigado a tocar acordeão para as pessoas dançarem. Toquei muita música goiana nesse período". Até que um dia, Leonel Brizola aterrissou em Abadiânia e levou Lelé para participar da construção de Ciepns nas favelas do Rio. Com o fim do mandato de Almada, a fábrica foi vendida e a utopia ficou na lembrança.